

# Revista Brasileira de Direito Comercial Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

---

v. 12 n. 65

novembro/janeiro 2026

---

Classificação Qualis/Capes: B4

**Editor**

Fábio Paixão

**Coordenação**

Flávio Tartuce

**Conselho Editorial**

Amanda Athayde – Anderson Schreiber – André Luiz Arnt Ramos – André Santa Cruz  
Andres Varizat (Argentina) – Bruno Miragem – Carlos Eduardo Elias de Oliveira  
Cesar Santolim – Cláudia Lima Marques – Emílio Moro (Argentina) – Enrique Varsi (Peru)  
Fabio Bellote Gomes – Fernanda Tartuce – Giselda M. F. Novaes Hironaka  
Gladston Mamede – Gustavo Cerqueira (França) – João Glicério  
Jorge Morais Carvalho (Portugal) – Joseane Suzart – Juliana Loss de Andrade  
Juliana Oliveira Domingues – Larissa de Moraes Leal – Laura Schertel Mendes  
Marcelo Junqueira Calixto – Marcelo Lauar – Maurício Bunazar  
Marlon Tomazette (*in memoriam*) – Michele Siri (Itália) – Okssandro Gonçalves  
Paulo Roque Khoury – Ricardo Lupion – Roberto Pfeiffer – Rodolfo Pamplona Filho  
Roger Vidal (Peru) – Rosângela Lunardelli Cavallazzi – Sandra Passinhas (Portugal)  
Sergio Gilotta (Itália) – Uinie Caminha – Virginia Zambrano (Itália)

**Colaboradores deste Volume**

Alcides Belfort da Silva – Amanda Athayde – André Antunes Soares de Camargo  
Beatriz da Cruz Costa – Feliciano Alcides Dias – Flavia Trentini  
Gabriel Gomes da Luz – Joseane Suzart Lopes da Silva – Júlio Moraes Oliveira  
Kaio Pinheiro Valadão – Luís Augusto Mattiazzo Cardia – Manoella Klemz Koepsel  
Manoella Rebeca Silva Menegucci – Pedro Teodoro – Rodrigo Almeida Magalhães  
Roney Olimpio Barbosa Junior – Sérgio Augusto Pereira Lorentino  
Yago Aparecido Oliveira Santos

# **Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: [editorial@editoramagister.com](mailto:editorial@editoramagister.com). Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

---

Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor

v. 1, n. 1 (out/nov. 2014)– Porto Alegre: Magister, 2014

Trimestral

v. 12, n. 65 (nov/jan. 2026)

ISSN 2359-1137

1. Direito Comercial – Periódico.
2. Direito Concorrencial – Periódico.
3. Direito do Consumidor – Periódico.

CDU 347.7(05)

CDU 346.1(05)

CDU 347.451.031(05)

---

**Ficha catalográfica:** Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

**Capa:** Editora Magister

**Editora Magister**

**Diretor:** Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20  
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

# Apresentação

A *Revista Brasileira de Direito Comercial – Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, singular e importante publicação para a comunidade jurídica nacional, chega ao número 65, trazendo relevantes assuntos para estudo e debate das suas áreas correlatas.

Abrimos este volume com o texto de Flavia Trentini e de Manoella Rebeca Silva Menegucci intitulado *Responsabilidade Civil nas Redes Contratuais do Agronegócio: Desafios do Inadimplemento Oportunista dos Contratos de Compra e Venda de Derivativos Agrícolas*. Analisam as autoras a responsabilidade civil de agentes econômicos que, por oportunismo, reiteradamente inadimplentes, causam prejuízos que transcedem a relação bilateral, atingindo outros membros da rede.

*Resolução Normativa ANS nº 623/2024 e o Atendimento dos Usuários de Planos de Saúde: Regras que Denotam Exígues Avanços em Prol dos Consumidores, Benefícios para Empresas Infratoras e o Necessário Respeito ao CDC Mediante o “Diálogo das Fontes”*, de autoria de Joseane Suzart Lopes da Silva, é o segundo estudo desta edição. O texto aponta a necessidade de averiguar se a referida resolução estabelece regras benéficas para os consumidores, ou se há a previsão de ditames que apenas se compactuam com os interesses dos agentes econômicos.

Seguimos o volume com o ensaio *Cláusula de Não Concorrência e a Reforma do Código Civil: Mudanças e Perspectivas*. Os coautores Amanda Athayde e Roney Olimpio Barbosa Junior analisam o custo e a justificativa econômica da não concorrência, destacando seus reflexos sobre a liberdade contratual e a proteção da atividade empresarial. Avançam para o cenário atual, com foco na previsão do art. 1.147 do Código Civil e na admissibilidade da cláusula de não concorrência em contratos empresariais, examinando as propostas formuladas pela Subcomissão de Direito da Empresa no Anteprojeto de Reforma do Código Civil e, posteriormente, a decisão da Comissão Geral de incorporá-las no Projeto de Lei nº 4/2025.

Yago Aparecido Oliveira Santos contribui com a edição trazendo a doutrina intitulada *A Qualificação da Obrigação de Prestar por Meio das Cláusulas de Declarações e Garantias e a Incompatibilidade do Regime dos Vícios Redibitórios na Transferência das Participações Societárias*. Examina ele a incompatibilidade entre o regime jurídico dos vícios redibitórios, previsto nos arts. 441 a 446 do Código Civil, e a disciplina do contrato de compra e venda de participações societárias, em especial na situação na qual o comprador alega a existência de vício sobre algum aspecto do patrimônio social.

Na sequência, temos o texto *A Alienação Automática das Cotas dos Sócios Pós-Morte*, de Gabriel Gomes da Luz, Pedro Teodoro e Rodrigo Almeida Magalhães. Os autores analisam os impactos jurídicos, econômicos e sucessórios no contexto das sociedades empresárias, abordam a sucessão nas sociedades limitadas

e o tratamento conferido pelo Código Civil. Destacam os direitos dos herdeiros e a autonomia dos sócios remanescentes, discutindo a viabilidade da alienação automática das cotas como mecanismo de preservação da empresa e mitigação de conflitos societários.

A revista continua com a participação de Alcides Belfort da Silva e Beatriz da Cruz Costa com o texto *Contrato de Alienação Fiduciária e a Busca e Apreensão – Sob a Ótica da Lei 14.711/2023 (Novo Marco Legal das Garantias)*. Trata-se de estudo sobre a suposta insegurança jurídica em razão das mudanças processuais civis ocorridas em 2016, bem como a investigação do tipo de contrato utilizado para a alienação fiduciária, retratando o contexto histórico, aplicação, forma e finalidade.

O artigo *Normas da OCDE Sobre Meios Extrajudiciais de Resolução de Disputas como Vetores Estratégicos da Governança Corporativa no Brasil* é o ensaio de André An-tunes Soares de Camargo e Luís Augusto Mattiazzo Cardia, no qual investigam a influência das diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as práticas de governança corporativa de empresas brasileiras, com ênfase nos mecanismos extrajudiciais de resolução de disputas.

*A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao Setor da Geração Distribuída: o Finalismo Mitigado Aplicado ao Prossumidor ou Consumidor-Gerador* é o estudo apresentado por Júlio Moraes Oliveira, em que aborda a possibilidade ou não de aplicação do CDC ao denominado prossumidor ou consumidor-gerador, figura prevista no Marco Legal da Geração Distribuída. O autor analisa o conceito de consumidor, suas teorias e os tipos de contratos estabelecidos entre esses novos sujeitos.

Dando continuidade a esta edição, o texto de Sérgio Augusto Pereira Lorentino e Kaio Pinheiro Valadão, intitulado *Ensaio Sobre a Função dos Contratos de Consumo na Contemporaneidade*, objetiva identificar as particularidades desse negócio jurídico integrante do microssistema consumerista, utilizando-se uma pesquisa aplicada, cujo propósito consistiu em examinar o estágio em que os contratos de consumo se encontram na contemporaneidade.

Por fim, temos o artigo *Do Sistema Fechado à Abertura Dialética: a Dimensão Prospectiva do Direito Civil-Constitucional e os Novos Paradigmas para os Contratos Empresariais*, de Manoella Klemz Koepsel e Feliciano Alcides Dias. A pesquisa apresenta uma análise sob a luz da dimensão prospectiva do Direito Civil-Constitucional, verificando-se os novos desdobramentos legislativos, mais especificamente no que diz respeito às mudanças contidas na proposta de Reforma do Código Civil.

Esta edição da Revista é feita e lançada em homenagem ao nosso coordenador Professor Marlon Tomazette, que nos deixou de forma prematura, infelizmente. Seu legado, contudo, como jurista e como pessoa não serão nunca esquecidos, seja por nós, seja pela comunidade jurídica brasileira.

São Paulo, janeiro de 2026.

Flávio Tartuce  
Coordenador da Revista

# Sumário

## Doutrina

1. Responsabilidade Civil nas Redes Contratuais do Agronegócio: Desafios do Inadimplemento Oportunista dos Contratos de Compra e Venda de Derivativos Agrícolas  
*Flavia Trentini e Manoella Rebeca Silva Menegucci* ..... 7
2. Resolução Normativa ANS nº 623/2024 e o Atendimento dos Usuários de Planos de Saúde: Regras que Denotam Exígues Avanços em Prol dos Consumidores, Benefícios para Empresas Infratoras e o Necessário Respeito ao CDC Mediante o “Diálogo das Fontes”  
*Joseane Suzart Lopes da Silva* ..... 32
3. Cláusula de Não Concorrência e a Reforma do Código Civil: Mudanças e Perspectivas  
*Amanda Athayde e Roney Olimpio Barbosa Junior* ..... 54
4. A Qualificação da Obrigação de Prestar por Meio das Cláusulas de Declarações e Garantias e a Incompatibilidade do Regime dos Vícios Redibitórios na Transferência de Participações Societárias  
*Yago Aparecido Oliveira Santos* ..... 71
5. A Alienação Automática das Cotas dos Sócios Pós-Morte  
*Gabriel Gomes da Luz, Pedro Teodoro e Rodrigo Almeida Magalhães* ..... 81
6. Contrato de Alienação Fiduciária e a Busca e Apreensão – Sob a Ótica da Lei nº 14.711/2023 (Novo Marco Legal das Garantias)  
*Alcides Belfort da Silva e Beatriz da Cruz Costa* ..... 97
7. Normas da OCDE Sobre Meios Extrajudiciais de Resolução de Disputas como Vetores Estratégicos da Governança Corporativa no Brasil  
*André Antunes Soares de Camargo e Luís Augusto Mattiazzo Cardia* ..... 117
8. A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao Setor da Geração Distribuída: o Finalismo Mitigado Aplicado ao Prossumidor ou Consumidor-Gerador  
*Júlio Moraes Oliveira* ..... 135
9. Ensaio Sobre a Função dos Contratos de Consumo na Contemporaneidade  
*Sérgio Augusto Pereira Lorentino e Kaio Pinheiro Valadão* ..... 150
10. Do Sistema Fechado à Abertura Dialética: a Dimensão Prospectiva do Direito Civil-Constitucional e os Novos Paradigmas para os Contratos Empresariais  
*Manoella Klemz Koepsel e Feliciano Alcides Dias* ..... 178